

Agroalimentar Inovação e Sustentabilidade

TECNOLOGIA É O FATOR DECISIVO PARA A SUSTENTABILIDADE

A agricultura portuguesa tem-se desenvolvido nas últimas duas décadas, aumentando o seu peso na economia ao conquistar espaço nas exportações.

O investimento constante, muito em tecnologia, contribuiu para a evolução verificada, e o sector tem ganho competitividade. O próximo desafio é o da sustentabilidade e a resposta vai ser dada com a mesma receita, esperando-se da Política Agrícola Comum que seja uma ferramenta eficaz.

ANÁLISE

Investimento e tecnologia são motores do crescimento no sector P2

SUSTENTABILIDADE

Gestão da água é principal preocupação para a agricultura • P4

ENTREVISTA

Maria do Céu Antunes Ministra da Agricultura

"O sector agroalimentar português tem feito um percurso notável nos últimos anos" P6



FÓRUM

O que é necessário para aumentar a competitividade do sector agrícola em Portugal? ■ P11

Especial Agroalimentar: Inovação & Sustentabilidade

EDITORIAL

Fortalecer o sector agrícola nacional



indústria agro-alimentar nacional tem mui-Ltos desafios pela frente, à semelhança de muitas outras áreas de atividade. Da sustentabilidade à digitalização, passando pela necessidade de qualificar os recursos humanos e de obter a mão-de-obra especializada necessária, são muitos os temas que estão na agenda dos líderes das empresas do sector. Mas há um tema em especial que tem ganho relevo nos últimos tempos e que assim promete continuar: os elevados custos da energia em Portugal, nomeamente os combustíveis e a eletricidade.

Na breve entrevista que nos concedeu e que pode ler na página 2 deste Especial, o presidente da CAP lança um alerta quase desesperado ao Governo para apoiar efetivamente os agricultores nesta questão. Compreende-se o objetivo do Governo de levar a sério os compromissos do país no domínio da sustentabilidade, mas justifica-se uma atenção especial aos problemas do sector agrícola. É do interesse nacional que o sector agrícola sobreviver neste contexto desafiante, de maneira a garantir o maior nível possível de autosuficiência a nível alimentar. Além disso, a sobrevivência de um sector agrícola forte é crucial para que Portugal possa enfrentar um dos grandes problemas que enfrenta no século XXI, que é a desertificação do interior. Por outro lado, sem empresas agrícolas e silvículas viáveis não será possível rentabilizar aquele que é um dos grandes ativos do país, que é a floresta. Portugal tem uma grande parte do seu território coberto de floresta, mas muito deste património não é devidamente rentabilizado, devido a problemas como a reduzida dimensão das propriedades e consequente falta de viabilidade económica. É preciso olhar para isto sem fundamentalismos, com pragmatismo e sem deixar de ouvir quem está literalmente no terreno. ■

ANÁLISE

Investimento e tecnologia são motores do crescimento

Expansão do sector é notória, particularmente nas exportações, que mais do que triplicaram nas duas últimas décadas. O próximo desafio é o da sustentabilidade, com o esperado apoio de fundos europeus.

RICARDO SANTOS FERREIRA rsferreira@jornaleconomico.pt

A agricultura portuguesa tem vivido um percurso de desenvolvimento significativos nas últimas duas décadas, tornando-se mais competitiva, aumentando o seu peso no conjunto da economia e a capacidade conquistar mercado no exterior. Isto é o que dizem os agentes do sector e é comprovado pelos dados, independentemente do universo de análise. O complexo agroalimentar, que inclui a agricultura e as indústrias agroalimentares, é responsável por 3,9% do total do valor acrescentado bruto (VAB) do total a economia, cerca de 6,9 mil milhões de euros a preços correntes, o que representa um crescimento de 32,5%, nos últimos 20 anos. O sector representa, também, 10,3% do emprego, com mais de meio milhão de pessoas empregadas, segundo os dados do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP). Em particular, as indústrias agroalimentares geram 2,4% do VAB, cerca de 4,2 mil milhões de euros, e representam 2,3% do emprego total, o que representa, aproximadamente, 115 mil pessoas.

"O crescimento do VAB gerado pelo complexo agroalimentar no período 2010-2019 cresceu 1,4% ao ano, em volume. Este crescimento deve-se, essencialmente, ao crescimento das indústrias agroalimentares decorrente, em grande parte, a um continuado e persistente investimento", afirma o diretor-geral do GPP, Eduardo Diniz, ao Jornal Económico (JE).

Esta evolução afirma-se mesmo com a quebra verificada no ano passado, que foi marcado pela pandemia de Covid-19, porque nas exportações a tendência de crescimento manteve-se. Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o complexo agroalimentar fechou o ano a crescer 2,5% nas exportações, com a agricultura a merecer destaque, com um crescimento de 5,5% no acumulado de janeiro a dezembro, quando comparado com período homólogo de 2019.

Nas últimas duas décadas, as exportações do complexo agroalimentar aumentaram três vezes e meia, para 6,92 mil milhões de euros. A agricultura cresceu a um ritmo superior (mais do que sextuplicou), mas, em valor, a indústria agroalimentar foi o maior contribuinte, passando de vendas ao exterior da ordem dos 1,7 mil milhões, em 2000, para 5,5 mil milhões, em 2020.

No mesmo período, o peso deste sector no conjunto das exportações também aumentou, quase 3,8 pontos percentuais, para 9,2%.

Como reflexo desta evolução, o saldo da balança comercial agroalimentar, tradicionalmente negativo, tem melhorado, mantendo um desequilíbrio que, em 2020, rondou os 3,1 mil milhões de euros. A taxa de cobertura das importações pelas exportações também melhorou, de 36,2%, em 2000, para 64%, em 2019.

No ano passado, a taxa de cobertura foi superior a 100% no vinho (516,5%), cerveja (292,8%), azeite (187,8%), pera (620,3%) e frutos de pequena baga (621,9%).

Na pecuária, o retrato é diferente, com a taxa nas carnes de bovino a ser de 9,3% e a nos suínos de 45%. No trigo foi de 1,1% e no milho 8,2% No pescado também temos défice, com uma taxa de cobertura

"O sector agroalimentar tem-se revelado da maior importância no desenvolvimento económico nacional. Aliás, para a obtenção de resultados, tem sido fundamental a capacidade que os operadores da cadeia de valor têm revelado em inovar, competir e penetrar nos mercados externos, de que é exemplo o crescimento médio anual das exportações agroalimentares em quase 5% desde o ano 2010", diz Eduardo Diniz.

Investir para crescer

Esta evolução positiva é justificada com o investimento feito na modernização do sector. "O uso da tecnologia e do conhecimento são centrais para as respostas do sector agroalimentar aos desafios económico (ganhos de eficiência), logístico (integração nas cadeias de valor), segurança alimentar (rastreabilidade e qualidade), sustentabilidade ambiental e climática (satisfação da procura dos cidadãos por melhor desempenho ambiental das práticas agrícolas e da produção alimentar)", afirma Eduardo Diniz. Neste contexto, começa a vulgarizar-se a utilização de tecnologias digitais na operacionalização de técnicas de agricultura de precisão (otimização do uso dos fatores de produção, em particular no uso eficiente da água), na agro-logística e ainda na certificação ou avaliação de práticas mais exigentes e de certificação agroambiental e do bem-estar-animal", acrescenta.

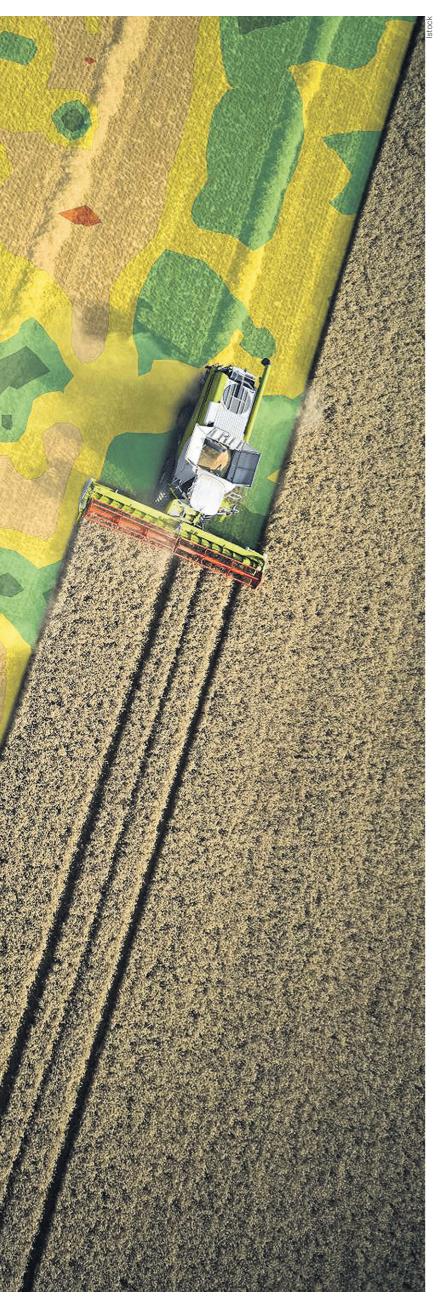


Diretor Geral do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral



Secretário-geral da Confagri





Quando olhamos para a frente, os desafios do sector para ser competitivo passam, segundo explica ao JE Francisco Silva, secretáriogeral da Confagri - Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas e do Crédito Agrícola de Portugal, pela redução dos custos de contexto, com a energia à cabeça, pelo apoio ao investimento, mas também pela promoção da inovação. Francisco Silva diz que as necessidades requerem "um forte investimento, mas trarão mais inovação, mais organização e sobretudo um aumento da sustentabilidade do sector, com benefícios para o ambiente, para os consumidores e para a sociedade em geral".

Inovação e sustentabilidade

A inovação e a resposta do sector agroalimentar ao desafio da sustentabilidade estão entrelaçados. O diretor-geral do GPP diz que a modernização das unidades produtivas tem sido muito importante e que programas como o PDR2020 e o COMPETE 2020 são "instrumentos de apoio público importantes ao investimento e desenvolvimento agroalimentar". Agora, os olhos estão postos no próximo quadro da Política Agrícola Comum (PAC), que a ministra da Agricultura diz estar "focada numa transição climática e digital, através da promoção de uma agricultura mais verde e resiliente" (ver entrevista neste especial).

"O debate sobre a sustentabilidade dos sistemas alimentares a nível global tem como ponto de partida um duplo desafio, que pode parecer contraditório. Por um lado, a nível demográfico, a cadeia de valor agroalimentar (agricultura, indústria, transportes e retalho) tem de aumentar a produção para satisfazer as necessidades alimentares de uma população de mais de 10 mil milhões. Por outro lado, ao nível do ambiente, clima e saúde, esses alimentos têm de ser baseados em dietas saudáveis e utilizar menos recursos naturais e com menor impacto no clima", refere Eduardo Diniz.

Defende que "a promoção do investimento no desenvolvimento, na modernização e em tecnologias mais eficientes, constitui um dos principais fatores de competitividade do sector, devendo o mesmo ser promovido de uma forma sustentável, quer através da proteção dos recursos, quer através de uma utilização mais eficiente dos mesmos". E explica que, ao nível das políticas públicas, a PAC tem um papel "incontornável no sistema de abastecimento alimentar mais seguro em termos internacionais que é o praticado na União Europeia" e que a proposta para o futuro "introduz um conjunto importante de alterações no modelo de gestão partilhada, traduzindo-se numa maior responsabilização dos Estados-membros".

"Prevê-se o objetivo de aumentar a ambição ambiental e climática da PAC através de uma nova arquitetura verde", num movimento alinhado com os objetivos europeus em matéria de ambiente e clima, conclui.

ENTREVISTA | EDUARDO OLIVEIRA E SOUSA | Presidente da CAP

"Temos fatores de produção exageradamente desfasados [da concorrência]"

RICARDO SANTOS FERREIRA rsferreira@jornaleconomico.pt

O sector agroalimentar português é competitivo, mas perde força por causa dos custos de contexto. Ao Jornal Económico, o presidente da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) defende que o Governo tem de ter um papel de apoio. "O Ministério da Agricultura pode estar a pensar em muita coisa, mas na agricultura não está seguramente", acusa.

Como analisa a evolução do sector agroalimentar nos últimos anos?

O sector agroalimentar tem várias

componentes. A produção de bens alimentares para consumo direto, como os frutos ou a maioria das hortícolas, e os produtos que são transformados quer para consumo humano quer para alimentação animal, como o trigo, produtos pecuários ou o milho. Num caso e noutro a evolução tenológica associada tem sido exponencial e hoje os produtos obtidos são mais seguros e os métodos de cultivo mais "amigos" do ambiente. Infelizmente, contudo, gerou-se, entretanto, uma onda ideológica anti agricultura que tem prejudicado a continuidade desse processo evolutivo, dificultando o acesso a meios e políticas que deveriam exatamente promover o inverso; a confiança e o reconhecimento. O mesmo acontece com parte da indústria agroalimentar, em particular na relacionada com o processamento de carnes, sectores da maior importância e relevância económica e alimentar, muito prejudicada por uma onda de informação deturpada com propósitos ideológicos e enganadores.

O que é necessário para que o sector seja mais competitivo?

Esta questão é complexa de responder. O sector é competitivo, mas, (há sempre um mas para atrapalhar os raciocínios) em Portugal temos fatores de produção exageradamente desfasados dos países mais próximos que connosco mais diretamente concorrem. São exemplos fáceis de observar os custos com a energia, seja a eletricidade ou os combustíveis. É um assunto onde o Estado podia, e devia, intervir, mas pelo contrário ouvimos já o primeiro-ministro assumir publicamente que não pretende mexer na carga fiscal do

sector energético por considerar que há que diminuir os consumos, nem que seja à força. Ou seja, será o mesmo que dizer que sabe que temos a corda na garganta a apertar-se e que, em vez de vir em nosso auxílio e aliviar o aperto, permitindo que respiremos, pelo contrário volta as costas e, respirem menos se quiserem. Podemos morrer, para o Governo não é uma preocupação. À parte esta questão da energia muitos são os fatores que neste momento dificultam a nossa competitividade. A absurda ineficácia do funcionamento do PDR, a ausência de políticas incentivadoras dirigidas às empresas e uma espécie de letargia anti uso de água para rega, que é a única forma de permitir que Portugal mantenha o território povoado e vivo economicamente. O Ministério da Agricultura pode estar a pensar em muita coisa, mas na agricultura não está seguramente.

Quais são os principais desafios que se colocam ao sector agroalimentar?

A nossa condição de país periférico, com distâncias ao mercado que não nos favorecem, e as dificuldades introduzidas pelo clima de crispação vigente, vão aos poucos diminuindo a nossa capacidade de competir e crescer, levando a que outros, como Marrocos, tomem o nosso lugar e nos castrem a possibilidade de nos afirmarmos num mundo cada vez mais competitivo e agreste. Se com a oportunidade que nos é facultada agora com um novo ciclo da PAC e até do PRR que infelizmente não contempla como gostaríamos ações de revigoramento e consolidação do sector - não formos capazes de definir uma estratégia para o sector agroalimentar, mas também para o florestal, Portugal continuará tristemente a ocupar o último ou dos últimos lugares do desenvolvimento económico europeu. Não é sina, é política, mesmo. ■



Eduardo Oliveira e Sousa da Confederação dos Agricultores de

SUSTENTABILIDADE

Gestão da água é principal preocupação para a agricultura

Desde os anos 60, o consumo de água por hectare reduziu-se para metade, mas as alterações climáticas e os hábitos dos consumidores são obstáculos à sustentabilidade. A tecnologia poderá ajudar a ecnontrar soluções.

VÍTOR NORINHA vnorinha@jornaleconomico.pt

sA água não é tão escassa como comumente se afirma, mas é preciso perceber como é distribuída para a produção agrícola, afirma José Núncio, presidente da Fenareg - Federação Nacional de Regantes de Portugal, ao Jornal Económico (JE).

"Regar é uma fatalidade e nós, os mediterrânicos, temos de regar para produzir culturas", diz, explicando que, ao contrário do que acontece no centro da Europa, a produção agrícola na bacia mediterrânica enfrenta picos de necessidades de rega, por causa da pouca chuva no verão. A solução passa pela utilização de barragens e José Núncio destaca o sucesso do Alqueva, mas aponta a existência de necessidades estruturais. Um estudo da Fenareg, de junho, aponta que na bacia do Tejo apenas se aproveita 20% da escorrência do rio e ainda assim a água está poluída, que Castelo de Bode está reservada para o abastecimento de água potável a Lisboa e que as bacias hidrográficas estarão subaproveitadas: a do Cávado apenas está aproveitada a 50%, a do Mira a 73%, as ribeiras do Algarve a 58%, a do Vouga a 4%, a do Mondego a 11% e a do Sado a 30%, segundo dados do Plano Nacional da Água de 2016.

João Miguel Pereira, gestor da TerraProjetos, defende que a água "é o desafio do século XXI, porque sem água não há agricultura". "[A humanidade] está a ser confrontada com profundas alterações climáticas e para termos uma agricultura competitiva teremos de ser economicistas e ter água disponível. Aquilo que precisamos é um melhor uso da água, com o seu uso de forma racional, sendo que a agricultura é o maior reciclador de água", acrescenta.

Solução passa por mais tecnologia

Falar-se de uso racional da água significa evoluir em termos de tecnologias de regadio, com a adaptação de culturas, de espécies e variedades. João Miguel Pereira frisa a necessidade de haver disponibilidade de água e reforçar os perímetros de rega, mas alerta que a infraestrutura é, na maioria dos casos, do tempo do Estado Novo e que alguns dos projetos precisam de profundas obras de moderniza-



ção. Exemplo é o perímetro de rega de Idanha-a-Nova, dos anos 60, que tem muitas perdas.

"Os perímetros de rega também precisam de uma bazuca", diz.

Do lado do produtor "há, de facto, uma grande racionalidade no uso da água" e, assim, os desafios a colocar à ciência é saber como ainda conseguimos poupar mais água", afirma José Núncio.

Num trabalho publicado há quatro anos na revista Recursos Hídricos, José Núncio e Carina Arranja afirmavam que mais de metade das explorações agrícolas dependem da água e ainda que nos 3,7 milhões de hectares de superfície para regadio, estão equipados para o referido regadio cerca de 15%, ou seja, 540 mil hectares. A conclusão dos autores é de que 87% da superfície irrigável é efetivamente regada, o que, na sua ótica, "demonstra o aproveitamento elevado das infraestruturas de rega existentes".

De regresso ao trabalho da Fenareg intitulado "Contributo para uma Estratégia Nacional para o Regadio 2050", de junho último, concluiu-se que entre 2002 e 2016 um quarto dos terrenos são regados por gravidade. Sendo a água um recurso caro, os agricultores têm investido e tem havido apoios. "Dificilmente se vê uma pessoa no campo porque há mais eficiência das culturas e no uso da água", aponta. David Carvalho, da empresa

Veracruz, que se dedica ao amendoal, salienta uma solução pioneira importada da Suíça e que economiza 15% a 25% da água usada habitualmente na cultura da amêndoa. Do lado da Confagri -Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas, Francisco Silva, secretário-geral da organização, que importa garantir a viabilidade dos diferentes sistemas que coexistem no país e que se mos-

e que são os últimos dados dispo-

níveis com base no PNA 2002 e no

PGRH 2016, o volume de água

usado na agricultura caiu 48%, en-

quanto quase duplicou o uso em

habitação e subiu na indústria e

Núncio frisa que para se atingir

este nível foi necessário evoluir e

na grande maioria das explora-

ções a rega é feita gota a gota e só

nos servicos.

tram adequados às características específicas de cada território. "A viabilidade futura dos sistemas agrícola terá de ser assegurada pela via do mercado e das políticas públicas, designadamente ao nível do apoio e investimento e das ajudas diretas aos agricultores", diz, lembrando que a Política Agrícola Comum "irá exigir um grande e acelerado esforco no cumprimento de condicionantes ambientais e sociais e no alcance de elevadas metas no domínio ambiental".

Dedicado às frutas e legumes, o

projeto Portugal Fresh "só é sus-

tentável se tivermos acesso à água", diz o presidente deste organismo associativo, Gonçalo Santos Andrade. Afirma ser fundamental aumentar a área de regadio, modernizar os perímetros de rega com maior potencial económico e criar novas reservas de água superficiais que vão permitir a criação de negócios e empresas de múltiplos setores. Só assim será possível "permitir a fixação de pessoas no território e ajuda no combate às alterações climáticas, com a diminuição da temperatura nessas geografias", diz. ■

"[A humanidade] está a ser confrontada com profundas alterações climáticas e para termos uma agricultura competitiva teremos de ser economicistas e ter água disponível", diz João Miguel Pereira



Descubra a melhor forma de estar informado em **jornaleconomico.pt**



O conhecimento transforma.

ENTREVISTA | MARIA DO CÉU ANTUNES | Ministra da Agricultura

"O sector agroalimentar português tem feito um percurso notável nos últimos anos"

O peso da agricultura na economia portuguesa tem aumentado, com uma expressão crescente nos mercados internacionais, e mostrou ser resiliente durante a pandemia. O desafio da sustentabilidade está a ser abordado e conta-se com o dinheiro da PAC para lhe dar resposta.

NUNO MIGUEL SILVA E RICARDO SANTOS FERREIRA nmsilva@jornaleconomico.pt

A agricultura portuguesa tem evoluído de forma bastante positiva e tem aumentado o seu peso na economia nacional. Esta é a principal mensagem que a ministra da Agricultura deixa nesta entrevista ao Jornal Económico, em que se mostra otimista para o futuro, dizendo que os mais de 10,6 mil milhões de euros disponibilizados no quadro da Política Agrícola Comum vão ajudar a que o sector supere os desafios que se colocam, de produtividade e de sustentabilidade, o que passará, também, pela inovação e pela tecnologia.

Como avalia o desenvolvimento recente da indústria agroalimentar portuguesa?

Deixe-me começar por salientar a importância do complexo agroalimentar na nossa economia, através de números que não deixam dúvidas sobre o bom desempenho deste sector. O complexo agroalimentar representa 3,9% do Valor Acrescentado Bruto [VAB] e, se incluirmos os serviços ligados à produção agroalimentar, a agricultura representa 9,1% do VAB e 10,3% do emprego total.

Efetivamente, o sector agroalimentar português tem feito um percurso notável ao longo dos últimos anos, apresentando-se, atualmente, como um sector mais organizado, mais profissional, mais inovador e mais orientado para o mercado. Além disso, as nossas empresas têm conseguido adaptarse aos novos padrões de consumo e também têm feito um trabalho exemplar no desenvolvimento de produtos que são valorizados nos mercados externos. A este respeito, também tem contribuído o trabalho de promoção que tem sido feito junto dos compradores externos, com o imprescindível apoio dos clusters do agroalimentar.

Também de referir que, na última década, o peso das exportações do complexo agroalimentar no comércio internacional de bens e serviços, passou de 5,4%, em 2000, para 9,3% em 2020, o que representa uma evolução reveladora da capacidade que o sector teve para se consolidar e diversificar. Consequentemente, ao aprofundar a sua capacidade exportadora, as empresas agroalimentares tornam-se mais produtivas e mais capazes de gerar emprego.

O que tem motivado o crescimento e a maior capacidade de internacionalização?

O aumento das exportações na última década – cerca de 4,9% ao ano, entre 2010 e 2020 – deveu-se, em grande parte, ao grande dinamismo de vários sectores, como é o caso do sector das hortofrutícolas, do vinho e do azeite, assim como da produção animal. Claramente, verificou-se uma aposta das empresas nacionais em conhecimento, capacitação, inovação, diferenciação e promoção dos produtos nacionais, a par de um traba-

Claramente,
verificou-se uma
aposta das empresas
nacionais em
conhecimento,
capacitação, inovação,
diferenciação e
promoção dos
produtos nacionais

lho institucional para chegar aos mercados externos. Por outro lado, o padrão de internacionalização tem assentado na consolidação dos mercados abertos – como os mercados da União Europeia, que constituem o principal destino das exportações portuguesas, e os mercados em países de comunidades portuguesas – e na abertura e diversificação de novos mercados, objeto de interesse por parte dos nossos operadores económicos.

Recordo que, mesmo durante a pandemia, as exportações do sector agroalimentar cresceram cerca de 2,5% em 2020, face a 2019, e evidenciaram um crescimento de 9% nos primeiros oito meses de 2021, face ao período homólogo de 2020. Aliás, segundo as Estatísticas Agrícolas de 2020, reveladas recentemente pelo INE [Instituto Nacional de Estatística], o sector agrícola foi o sector que evidenciou uma maior resiliência, tendo registado um aumento das exportações e uma diminuição das importações.

Por fim, e ainda relativamente a este ponto, refira-se que o Ministério da Agricultura está muito alinhado com as associações representativas do sector agroalimentar na definição das respetivas opções estratégicas, estando também alinhado com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, cuja ação é fundamental sempre que é necessário desbloquear barreiras ao comércio. Neste âmbito, importa ainda recordar os diversos incentivos disponibilizados pelo Ministério da Agricultura, financiados por fundos europeus e nacionais, destinados à promoção, no mercado nacional, intracomunitário e em países terceiros, de vários produtos agrícolas, nomeadamente fruta, produtos hortícolas e vinho. Além disso, a nossa Agenda da Inovação para a Agricultura 2030, à qual chamámos "Terra Futura", vem proporcionar às empresas mecanismos institucionais de suporte, de facilitação do negócio e de acesso à inovação e ao conhecimento tecnológico, e uma das suas cinco metas consiste exatamente em aumentar em 60% o investimento em investigação e desenvolvimento.

Está confiante na aprovação da Política Agrícola Comum (PAC) até ao final do ano?

É importante lembrar que se chegou a acordo político para a nova PAC em junho de 2021, durante a Presidência Portuguesa, após um período negocial que durou três anos – o que fez com que a aplicação da nova PAC fosse adiada por dois anos (terá início em janeiro de

Apesar do acordo político ainda não ter sido votado em Plenário do Parlamento Europeu e os textos regulamentares base e de legislação secundária ainda estarem em preparação pela Comissão Europeia, estamos, ainda assim, a preparar o nosso Plano Estratégico da PAC [PEPAC], que vai culminar na entrega de uma primeira proposta à Comissão, até ao final do ano. Já este mês vamos reunir com os agentes do território - desde agricultores, empresários, passando por académicos, autarcas, entre outros - para definirmos as linhas orientadoras do nosso plano estratégico, e, em novembro, iremos realizar a segunda consulta pública alargada.

Quais são as principais alterações para Portugal?

A nível nacional, o Plano Estratégico da PAC, que vai entrar em vigor em 2023, será fundamental para a transição climática e digital que temos de assegurar, através da promoção de uma Agricultura mais verde e resiliente, que contribua para o desenvolvimento das zonas rurais, mas também para o reforço estrutural do sistema agroalimentar, garantindo a nossa autonomia estratégica. Por sua vez, só se conseguirá chegar a esta meta através de uma gestão ativa do território, centrada no solo e na sua ligação com os restantes recursos naturais, porque só com base no seu uso sustentável, do ponto de vista económico e ambiental, é possível assegurar a resiliência e a vitalidade das zonas rurais.

Relativamente a medidas da nova PAC com impacto direto na agricultura portuguesa, salientam-se as seguintes: o aumento da ambição ambiental, que representará cerca de um terço do envelope financeiro do PEPAC; a criação de uma medida de apoio a práticas amigas do ambiente e do clima, nomeadamente através de um novo instrumento (ecorregimes) no primeiro pilar da PAC, que representará 25% do envelope financeiro dos pagamentos diretos, o que em Portugal corresponde a cerca de 150 milhões de euros anuais de apoios diretos aos agricultores; a inclusão, pela primeira vez, da dimensão social, irá permitir evidenciar as boas práticas desenvolvidas no sector, promover as boas condições dos trabalhadores, valorizar os agricultores cumpridores e sancionar quem não cumpre a legislação; e a reserva de um envelope equivalente a pelo menos 3% dos pagamentos diretos na promoção do apoio aos jovens agricultores traduz-se, em Portu-





gal, a cerca de 18 milhões de euros anuais.

Esta PAC cria uma orientação mais justa e equitativa, com a reserva de pelo menos 10% do primeiro pilar da PAC a ter de ser distribuída obrigatoriamente entre grandes e pequenas explorações. Sublinho que, para o período 2021-2027, o valor total da PAC à disposição dos agricultores portugueses é de 10.645 milhões de euros de despesa pública, o que representa um aumento de 5% em relação ao período de 2014-2020.

Houve contributos na discussão pública do PEPAC? Houve críticas das organizações ambientalistas. Serão tidas em conta?

Importa referir que a primeira consulta pública alargada, que terminou em janeiro, se debruçou sobre as componentes de diagnóstico e orientações estratégicas, cumprindo as orientações europeias e os mecanismos de avaliação. Desta consulta, participada, resultou um conjunto vasto de documentos de diagnóstico e orientações estratégicas de intervenção, as quais foram, sempre que possível, tidas em consideração. Decorrem, agora,

trabalhos técnicos e políticos, que vão resultar em várias reuniões ao longo dos próximos meses e numa nova consulta publica alargada

nova consulta publica alargada. Paralelamente, estamos a desenhar as medidas de apoio e respetivo plano financeiro e estamos abertos a ouvir todas as partes interessadas. Como já referi, ainda este mês vamos reunir com os agentes do território.

Quanto às questões ambientais, elas são centrais no PEPAC e têm limites consignados a favor do ambiente e clima, que terá mais de um terço do total dos recursos financeiros.

Saliento que, em termos médios, e tendo em conta a presença significativa da agricultura extensiva, Portugal está já acima em muitos dos indicadores de sustentabilidade.

É importante realçar que a nova Política Agrícola Comum está focada numa transição climática e digital, através da promoção de uma Agricultura mais verde e resiliente, e é com esta base que estamos a desenhar o nosso plano estratégico.

De que forma os objetivos de descarbonização

vão condicionar o desenvolvimento das agroindústrias? São um risco ou uma oportunidade?

A descarbonização vai ter de acontecer. A questão é como é que fazemos essa transição, a qual tem de ser abordada ao longo de toda a cadeia alimentar e não apenas nas agroindústrias. O que sabemos é que temos de reforçar a eficiência energética, continuar o processo de transição para as energias de fontes renováveis e também progredir a evolução para a produção distribuída e para novas formas de consumo, como as comunidades de energia.

A energia tem um peso elevado na indústria, nos transportes e também tem um grande peso no sector primário. Basta dizer que, no global, entre 2018 e 2020, o custo com a energia e lubrificantes representou entre 7,1 e 7,6% dos consumos intermédios do ramo agrícola (a preços correntes), e que temos sistemas de produção em que os custos de energia podem representar entre 25% e 30% dos encargos culturais totais. Isto significa que, na perspetiva individual das empresas, é crucial alcançar uma maior eficiência energética e encontrar fontes e formas de consumo de energia que vão a esse encontro.

Desta forma, consideramos que a pequena produção distribuída, o autoconsumo e as comunidades de energia, podem ser vistas como oportunidades para a redução dos custos energéticos. Naturalmente, isto implica inovação e investimento e exige um custo de mudança, em termos de investimento e até de relacionamento entre os vários agentes económicos.

O Ministério da Agricultura está presente nesta transição energética e, exemplo disso mesmo, é o concurso aberto recentemente para a instalação de painéis fotovoltaicos, no âmbito de pequenos investimentos nas explorações agrícolas, com uma dotação de 10 milhões de euros e com fundos provenientes do Mecanismo de Recuperação e Resiliência que foram alocados ao PRD2020.

Quando estará finalizado o PEPAC?

O PEPAC vai iniciar-se apenas em 2023, sendo que o ano de 2022 será para negociar as propostas nacionais com a Comissão europeia.

Quais são os principais

Segundo
as Estatísticas
Agrícolas de 2020,
o sector agrícola foi
o sector
que evidenciou
uma maior resiliência

"

Em termos médios, e tendo em conta a presença significativa da agricultura extensiva, Portugal está já acima em muitos dos indicadores de sustentabilidade

desafios que se colocam à indústria agroalimentar portuguesa no pós-pandemia?

A população mundial tem vindo a aumentar desde a década de 80, podendo atingir os 9,8 mil milhões em 2050. A par do aumento da população mundial, tem-se registado um aumento do consumo per capita a um ritmo acelerado, tendo estes fatores levado a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura) a estimar um aumento da procura de alimentos à escala mundial entre os 40% a 54%, no período entre 2012 e 2050. Prevêem-se, igualmente, alterações nas preferências dos consumidores e nos padrões de consumo, com particular incidência nos países desenvolvidos, resultantes de hábitos e preocupações de saúde associados a uma população tendencialmente mais urbana e mais idosa, bem como resultado de preocupações com questões ambientais, com o bemestar dos animais e com a preservação dos recursos.

Portanto, temos grandes desafios no futuro, que passam não só por garantir a produção de alimentos em quantidade suficiente para uma população mundial crescente, como pela promoção de uma transição dos sistemas alimentares para sistemas sustentáveis, justos, saudáveis e respeitadores do ambiente.

Diria que este é o grande desafio, o qual não se coloca apenas à indústria alimentar, mas a todos os intervenientes da cadeia alimentar, sector privado, entidades públicas, associações e sociedade civil.

É neste sentido que estamos a trabalhar na criação de mecanismos que permitam robustecer o sector agrícola e agroalimentar, com o intuito de termos um sector mais tecnológico e eficiente, mas igualmente mais sustentável, num processo de transição apoiado pelo Estado. ■

VINHO

Redução do consumo de água e utilização de energia solar

Presidente da ViniPortugal, Frederico Falcão, entende que a pandemia de Covid-19 e as alterações climáticas trouxeram novos desafios ao sector.

NUNO MIGUEL SILVA nmsilva@jornaleconomico.pt

Frederico Falcão, presidente da ViniPortugal, considera que "as alterações climáticas e a incerteza económica provocada pela pandemia do Covid-19, trouxeram novos desafios, novas necessidades e novas exigências dos consumidores". Em declarações exclusivas ao Jornal Económico, este responsável defende que, "nesta nova era, consciencializar será o primeiro passo deste processo". "Todos sabemos que a água e a energia são os elementos que representam uma grande parte da pegada ecológica na produção de vinho, como tal, falar sobre a gestão destes dois recursos e compreender o 'estado de sítio' do sector nesta vertente é fundamental para nós numa primeira fase", alerta Frederico Falcão.

No seu entender, "a indústria do vinho obedece a normas e critérios na sua produção, que começam nos dias de hoje a ter em conta programas de sustentabilidade, através da adopção de modelos e procedimentos mais amigos do ambiente". "Des-

te modo, estaremos orientados para as adegas e vinhas do futuro, onde a preocupação com a sustentabilidade vai ter, com toda a certeza, um peso significativo. Contribuir para a eficiência dos recursos ou expor soluções nesta área, como, por exemplo, a utilização de painéis solares ou a redução do rácio de litro de água por garrafa de vinho produzida é mostrar o que poderemos entregar, de forma palpável, para reforçar a atividade do sector vitivinícola em matéria de sustentabilidade. Outro desafio a enfrentar prende-se com uma distribuição mais sustentável do vinho, cujo desafio será colossal", assinala o presidente da ViniPortugal.



Frederico Falcão
Presidente da ViniPortugal

Frederico Falcão refere ainda que, "numa outra esfera importa qualificar e reconhecer os produtores que assumem modelos mais sustentáveis, incluindo aqui as três vertentes da sustentabilidade: ambiental, económica e social". "Com isto, inspirar e incentivar todos os produtores de vinho a seguirem o mesmo caminho, num espírito de reconhecimento que levará certamente, a longo prazo, a um sector mais orientado para o futuro do planeta, mas também para responder às preocupações dos consumidores", acredita.

Sobre como é que o sector do vinho pensa lidar com a crescente relevância das novas tecnologias, Frederico Falcão recorda que, "ao longo das últimas décadas, o enorme desenvolvimento tecnológico usado no sector vitivinícola deu provas suficientes que nos torna mais competitivos, enquanto colectivo e individual". "A inovação tecnológica é uma das ferramentas que muito tem ajudado a impulsionar a indústria do vinho, seja para facilitar e acelerar processos ou para melhorar produtos. Confirmamos esta realidade, especialmente no momento em que

apresentamos os vinhos portugueses noutros mercados e percebemos que os mais procurados são em alguns casos, os vinhos inovadores. Entregar vinhos diferenciados, mantendo a qualidade é uma das actuais exigências dos consumidores e é este o grande desafio dos produtores hoje em dia. Como tal, o sector vitivinícola tem de responder à altura", avisa o líder da ViniPortugal.

Para este responsável, "o grande nível de conhecimento adquirido no sector vitivinícola tem-nos ajudado a minimizar o nosso impacto sobre o planeta, seja na busca de variedades de uva ou clones de algumas variedades mais resistentes às alterações climáticas e, com isto, redução da quantidade de água usada na rega, ou na redução de fitofármacos usados na vinha".

"Vemos, portanto, a tecnologia e o conhecimento enquanto os melhores aliados do sector vitivinícola, que nos ajudam a aprimorar processos e a elevar a qualidade dos nossos vinhos, permitindo-nos ser reconhecidos mundialmente e, em paralelo, tornando-nos mais sustentáveis de dia para dia", conclui.



HORTOFRUTÍCULAS

Tecnologia e

A Portugal Fresh acredita que o desenvolvimento tecnológico é determinante para a competitividade do sector.

NUNO BRAGA nbraga@jornaleconomico.pt

O acesso à água, a disponibilidade de mão-de-obra, a competitivida-de nos custos de produção e o acesso ao investimento "são os principais desafios que se colocam ao sector da agricultura", revela Gonçalo Santos Andrade, presidente da Portugal Fresh - Associação para a Promoção das Frutas, Legumes e Flores de Portugal.

Já a tecnologia e a digitalização são encaradas como "ferramentas fulcrais para a atividade, que não podemos abdicar", assegura o líder da

PESCAS

O principal desafio para o sector é tecnológico

O presidente da Associação dos Armadores de Pesca Industrial diz que a frota precisa de um salto tecnológico que a União Europeia deveria impor e apoiar quanto antes.

ANTÓNIO FREITAS DE SOUSA afsousa@iornaleconomico.pt

Não foi sempre assim, "fixemos muitos erros no passado, quando essas preocupações eram menos presentes", mas há décadas que "a sustentabilidade está no ADN do ADN do sector das pescas", disse ao JE o presidente da Associação de Armadores de Pesca Industrial (ADAPI), Pedro Jorge Silva. E não poderia ser de outro modo, explica Não só porque se a atividade desaparecerá se não for sustentável, mas também porque "há regras que a política comum das pescas impõem" e que, entre outras coisas "preveem sanções para os prevaricadores". Claro que, esclarece Pedro Jorge Silva, uma coisa são as regras, outra que pode ser bem diversa são o quadro da sua implementação e principalmente da sua fiscalização.

Mas, no geral, o presidente da ADAPI assegura que "havendo muito que fazer, as coisas não estão a correr mal". Neste contexto, "a sustentabilidade é para nós um pilar básico, que trabalhamos em três sentidos: ambiental, social e económico", "Não podemos viver sem essa preocupação. Mas Pedro Jorge Silva mostra-se preocupado com alguns lobbies em circulação na União Europeia: "alguns ambientalistas, defendo as quotas dos seus países, querem o aumento da possibilidade de pescar, preferindo não querer saber do quadro científico



Presidentye da Associação de Armadores de Pesca Industrial

que enquadra a política de limitação da apanha", refere.

O desafio tecnológico

De qualquer modo, e se a sustentabilidade está assegurada, falta a dimensão da tecnologia para a acompanhar. "Ainda há barcos que andam com motores da década de 70 do século passado" e esse estado de coisas 'pré-histórico' só mudará se "a União Europeia decretar a sua substituição" e, por outro lado, "apoiando-a financeiramente".

Pedro Jorge Silva recorda que mais um quadro comunitário de apoio deixou de fora o a reconversão do sector das pescas. "Não temos qualquer apoio à renovação da frota" – que está a entrar em fase de emergência, não só em termos dos motores utilizados, mas também da habitabilidade (que implica com a sustentabilidade social) e das dificuldades decorrentes do facto de cada barco ser uma unidade industrial em movimento.

Como aliás sucedeu com o PRR: chegámos a fazer parte de um consórcio que acabou por desaparecer" e que previa apostar na investigação na mobilidade elétrica ou alternativamente a hidrogénio para as embarcações de pesca, mas diversos impedimentos não permitiram a sua concretização. "Estamos a precisar de um salto tecnológico" que, salienta o presidente da ADAPI, acaba por ligar sustentabilidade e tecnologia num único desiderato comum, com dois vetores que não podem evoluir em separado.

De qualquer modo, diz Pedro Jorge Silva, ultrapassado o desafio da sustentabilidade, "ainda não ultrapassámos o da tecnologia". A Política Comum de Pescas estará em debate no próximo ano e é possível que finalmente o sector, "que vai ser chamado a reforçar a sua própria sustentabilidade", venha a usufruir de benefícios que os armadores vêm a circular constantemente para outras indústrias.



digitalização têm papel essencial

Portugal Fresh, acrescentando ainda que "a sua importância será exponencialmente crescente no sector e é, já, uma realidade no dia a dia das empresas mais competitivas e exportadoras". Gonçalo Santos Andrade é da opinião que a importância da tecnologia fica bem evidente na forma como contribuiu decisivamente para a competitividade económica, mas também como "minimiza a pegada ambiental e tem vantagens no controlo e na preservação da biodiversidade, contribuindo para a sustentabilidade ambiental", conclui.

A tecnologia e a sustentabilidade

O líder da Portugal Fresh acredita também que o uso de drones e robots, a recolha de informação de satélites, a análise de dados em tempo real, "serão intensificados na corrente década e permitem uma agricultura mais precisa e sustentável". Ainda no que diz respeito ao desafio da sustentabilidade, Gonçalo Santos Andrade destaca que as empresas do sector das frutas, legumes e flores "têm efetuado investimentos avul-

tados no uso eficiente dos recursos, principalmente, na última década". Para o cumprimento deste objetivo, o conhecimento e a inovação, em estreita ligação com as instituições académicas, vão desempenhando um papel essencial, na opinião do presidente e CEO da Portugal Fresh que dá um exemplo concreto, que "é o da procura de variedades mais adaptadas às alterações climáticas que se têm verificado". Gonçalo Santos Andrade esclarece que se trata de "um trabalho de seleção de espécies mais adaptadas ao clima e que, ao mesmo tempo, respondam



Gonçalo Santos Andrade Presidente da Portugal Fresh

às tendências de consumo". O desafio que se coloca "é conseguir que essas variedades sejam também mais produtivas".Diz ainda, e em jeito de conclusão, que há sempre espaço para melhorar e "esse é o caminho que pretendemos percorrer". Com base no conhecimento e na inovação, "temos de conseguir produzir mais utilizando menos recursos, preservando o ambiente e a biodiversidade, mas tendo sempre uma visão de mercado e assegurando a viabilidade económica dos investimentos". Para Gonçalo Santos Andrade, só dessa forma se consegue criar mais postos de trabalho e maximizar o retorno à produção.

Por fim, deixou também um "recado" no sentido de aumentar a competitividade do setor agrícola em Portugal. O líder da Portugal Fresh considera que "é importante diminuir a carga fiscal sobre as empresas e sobre os principais factores de produção". Acrescenta ainda, para rematar, que "a energia e os combustíveis têm de ter custos idênticos aos nossos principais concorrentes na latitude sul da Europa".

AGROPECUÁRIA

O desafio de produzir mais, mas melhor

Até 2050, a produção alimentar a nível mundial terá de crescer em 60%, para fazer face ao aumento esperado da população.

NUNO BRAGA nbraga@jornaleconomico.pt

Os principais desafios, que se colocam atualmente, podem ser organizados em duas grandes dimensões, na opinião de Nuno Canada, o presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária. A primeira está relacionada com a necessidade de, até 2050, "se produzir mais cerca de 60% de alimentos à escala global", decorrente do aumento de consumo nas economias emergentes, e do aumento da população que, segundo a estimativa da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), passará dos atuais 7,8 para 9 mil milhões em 2050. A segunda, acrescenta Nuno Canada, "relaciona-se com o contexto mais difícil em que esses alimentos têm que ser produzidos, principalmente pelo impacto das alterações climáticas, pelo incremento da incidência de pragas e doenças, bem como pela necessidade de produzir os alimentos de forma mais sustentável". O desafio central será, por isso, e de forma resumida, produzir mais alimentos, num contexto mais difícil. Para o líder do INIAV, a história já demonstrou, e até pelo contexto de pandemia, que "os grandes desafios só podem ser ultrapassados com mais ciência e mais conhecimento", finaliza Nuno Canada.

Agricultura de precisão é mais sustentável

A tecnologia terá uma importância central, não só para a fixação das pessoas nos meios rurais, mas também na produção de alimentos com menor consumo de recursos e indo ao encontro dos preços que os consumidores possam pagar. Por outro lado, e segundo o dirigente do INIAV, "será uma peça fundamental para termos sistemas alimentares cada vez mais sustentáveis". Para Nuno Canada, a utilização mais intensa e generalizada da agricultura de precisão e da agricultura inteligente, com incorporação e inteligência artificial, vão contribuir de forma decisiva para a sustentabilidade ambiental e económica. Sublinha ainda que "as tecnologias avançadas de digitalização são ferramentas inovadoras, não invasivas, que possibilitam uma gestão contínua, automática e em tempo real de um número cada vez maior de parâmetros produtivos e ambientais". Permitem, de acordo com o presidente do INIAV, entre outras coisas, a otimização das condições de produção (alimentação, reprodução, sanidade e eficiência produtiva) com grandes repercussões a nível de saúde e bem-estar animal, económicas e ambientais.

A produção animal de precisão é, de acordo com Nuno Canada, de extrema importância e poderá ser desenvolvida em estreita colaboração com as Associações de Raças Autóctones em diferentes cenários de produção. Ainda segundo o presidente do INIAV, "as inovações tecnológicas nos domínios da biotecnologia, tecnologia digital e de processos industriais podem e devem contribuir para a melhoria das abordagens agro ecológicas e de economia circular nos sistemas pecuários". Outro aspeto importante, e focado por Nuno Canada, prende-se com as práticas mais inovadoras para produzir alimentos de origem animal e vegetal, que têm vindo a ser implementadas em Portugal, "com impacto muito positivo na sustentabilidade ambiental e económica das várias fileiras agrícolas e pecuárias". Para o presidente do INIAV, a eficiência produtiva será o elemento chave para a alimentação global. E destaca que "para além das oportunidades para aumento quer da perceção, quer da aceitabilidade dos sistemas agrícolas e pecuários por parte do consumidor, deverá pensar-se na oportunidade para contribuirpara o aumento da eficiência do sistema de produção, com os consequentes impactos positivos na utilização dos recursos". ■



Nuno Canada
Presidente do Instituto Nacional
de Investigação Agrária e Veterinária



FLORESTA

Desenvolver produtos inovadores de base florestal

O presidente da Celpa salienta que as florestas de eucalipto têm uma taxa de sequestro de CO2 sete vezes superior às de sobreiro.

NUNO MIGUEL SILVA nmsilva@jornaleconomico.pt

Um dos principais desafios do sector florestal "remete para a necessidade de conseguir estender, a todas as parcelas da floresta portuguesa, as práticas de gestão sustentável que as empresas associadas da Celpa utilizam nas áreas que gerem e, assim, estender a certificação (FSC® e PEFC) a volumes crescentes de madeira". António Redondo, presidente da Celpa, entende que, "além disto, é relevante que, em termos legislativos, se reconheça que, nas condições climáticas de Portugal, a plantação e a gestão ativa das áreas florestais são condições essenciais para que possamos ter uma floresta sustentável".

"É importante agir com foco no futuro próximo, aproveitando o enorme potencial do sector florestal para criar uma gama de soluções renováveis cruciais para descarbonizar a economia e o planeta.

Outro desafio de sustentabilidade que a fileira da pasta e do papel em Portugal enfrenta é a escassez de matéria-prima. A importação de madeira ou cortiça é, do ponto de vista económico, social e ambiental, muito mais penalizadora do que a utilização de matérias-primas produzidas localmente, além de não gerar riqueza nacional, não contribui para a gestão e ordenamento do território, para a proteção da biodiversidade e para a fixação de CO2, nem para outros serviços do ecossistema", defende o presidente da Celpa.

Na opinião de António Redondo, "importa referir que, o conjunto de

serviços dos ecossistemas prestados pelas florestas plantadas em Portugal são fundamentais para o processo de desenvolvimento do nosso país, para a mitigação eficaz das alterações climáticas e para a transição de uma economia linear fóssil para uma bioeconomia circular, que se desenvolve em harmonia com a natureza, e em que a luta contra o uso de plástico (particularmente de embalagens descartáveis) ou a mudança de fibras sintéticas para fibras à base de celulose em têxteis são apenas os primeiros passos". O presidente da Celpa insiste que, "para a construção de um futuro sustentável contribuímos com o desenvolvimento de novos produtos de base florestal, substitutos de produtos fósseis, finitos e pouco amigos do clima e do ambiente". "Esta transformação centrada no desenvolvi-



O presidente da Celpa relembra que a importação de madeira ou de cortiça é, do ponto de vista económico, social e ambiental, muito mais penalizadora do que a produção local

mento de produtos inovadores de base florestal será crucial para atingir os objetivos do Green Deal Europeu, assegurando uma transição socialmente justa para uma economia positiva para a natureza e neutra para o clima", assinala este responsável, acrescentando que "as indústrias de base florestal são sustentadas numa matéria-prima natural, renovável, sustentável, reciclável e biodegradável, que plantamos e cuidamos colhendo na maturidade, para replantar novamente num ciclo contínuo e sem fim, no qual o O2 é produzido e libertado e o CO2 atmosférico é sequestrado e armazenado".

"No caso português, as florestas de eucalipto têm uma taxa de sequestro de CO2 sete vezes superior à das florestas de sobreiro e três vezes superior à das florestas de pinheiro. O sequestro de carbono é, assim, uma das funções mais importantes das florestas geridas de forma sustentável, a par com um impacto muito positivo na biodiversidade", salienta o presidente da Celpa. Como desafio futuro, António Redondo elenca as novas tecnologias, que "abrirão, sem dúvida, o caminho para mudanças positivas em diversos domínios da gestão florestal". "Na Celpa, acreditamos na capacidade da tecnologia para vencer os desafios que o sector florestal poderá vir a enfrentar (além de contribuir para a descarbonização) e uma das áreas em que isso se irá verificar será na aplicação de técnicas florestais associadas à 'Silvicultura 4.0', nomeadamente através de equipamentos utilizados especificamente na silvicultura, contribuindo para o rigor, fiabilidade da informação e o aumento de eficiência", diz. ∧7EITE

Sector fulcral no combate à desertificação

O presidente da Olivum considera que a olivicultura é o parceiro ideal para o desenvolvimento de outras tecnologias.

NUNO MIGUEL SILVA nmsilva@jornaleconomico.pt

Gonçalo Almeida Simões, presidente da Olivum - Associação de Olivicultores e Lagares do Sul, considera que o sector está muito bem colocado em termos de sustentabilidade ambiental, uma vez que ocupa o 'top 3' do ranking das culturas de regadio que utiliza menos água, com apenas 3000m3/ha, e consome somente 8% do mercado total de fitofármacos em Portugal. Além disso, este sector sequestra 4 a 6 ton/ha/ano de CO2 porque é um sistema de plantação de alta densidade.

"A Olivum já tinha apresentado um estudo que fornecia a fundamentação científica para estes dados avançados e a EDIA em Março de 2021 apresentou um estudo, encomendado pelo Governo e realizado durante dois anos, em que é inequívoco o caminho de sustentabilidade ambiental levado a cabo pelo sector", relembra o Gonçalo Almeida Simões, assinalando que nesse estudo a EDIA refere nas suas conclusões finais que "o olival é uma cultura perfeitamente adaptada à região de Alqueva, com baixas exigências hídricas e resiliência à irregularidade climática, elevada rusticidade e boa resistência a pragas e doenças, exigindo por isso baixas quantidades de fitofármacos. Pelo facto de ser uma cultura permanente, conjugado com boas práticas culturais como o enrelvamento nas entrelinhas, melhora a estrutura e aumenta a quantidade de matéria orgânica no solo".

Para Gonçalo Almeida Simões, "o sector é um acérrimo defensor da fundamentação científica, recusando qualquer outro tipo de debate" e, por isso mesmo, considera fundamental que também no estudo encomendado pelo governo se diga que o sector do olival moderno "é, a par de outros sistemas culturais de sequeiro e de regadio, fulcral no

combate à desertificação, criando uma barreira verde permanente e interanual a sul do Tejo", mas também que "capta grandes quantidades de CO2, como cultura permanente que é e com a massa foliar e de ramos que apresenta, com impacto positivo no cumprimento dos objetivos de política nacional ao nível das emissões/captações de carbono; esta tendência é reforçada com a tendência crescente ao longo dos anos de aumento dos teores de matéria orgânica do solo".

No entender do presidente da Olivum, "o sector continuará apostado no seu caminho de sustentabilidade ambiental, mas já se encontra ao dia de hoje dotado de um conjunto de boas práticas e argumentos científicos que devem orgulhar o sector, mas sobretudo descansar aqueles que estavam preocupados com algumas dúvidas, desprovidas de fundamentação objetiva e que perigosamente contribuíram para algum grau de desinformação da sociedade, o que é preocupante sobretudo quando vivemos uma época fértil em fake news em que a responsabilidade de não agravar este problema é antes de mais uma questão de seriedade intelectual".

"Sendo o sector do olival moderno um adepto das novas tecnologias, e tendo a dimensão necessária para poder contribuir para o desenvolvimento da ciência, é o parceiro ideal para o desenvolvimento de outras tecnologias que irão beneficiar não só este setor agrícola, mas todos os outros. No caso muito concreto do olival, estamos neste momento a testar novas variedades resistentes a pragas e que sejam ainda mais eficientes em termos hídricos, o que é na verdade uma ambição de superação interna do setor, tendo em conta que as variedades modernas de oliveira são já das mais eficientes quando comparadas com outras culturas de regadio", conclui Gonçalo Almeida Simões. ■



Inovação é a palavra-chave para desenvolvimento do agroalimentar

A concorrência faz-se pela aposta na qualidade e a inovação é fundamental neste processo. A sustentabilidade das operações também é um fator definitivamente a ter em conta para o desenvolvimento do sector agroalimentar.

1. O que é necessário para aumentar a competitividade do sector agrícola em Portugal?



FIRMINO CORDEIRO
Diretor-geral
da Associação dos Jovens Agricultores
de Portugal

A capacidade dos agricultores portugueses em incorporar inovação ainda é baixa, dada a reduzida escala da atividade. Há um longo caminho a percorrer neste sector, incluindo ao nível das organizações de produtores, associações e cooperativas. A maioria das organizações de produtores mantém-se focada na guerra de preços com os canais de distribuição e na recolha de candidaturas anuais dos agricultores, quando seria necessário reinventar a cadeia de valor, apostar em inovação. tecnologia e ferramentas digitais. O país embora pequeno é muito desigual, das desigualdades investindo mais e melhor devemos criar oportunidades, mas não devemos acentuar desigualdades como infelizmente se tem verificado

Na definição de politicas e na

divisão dos montantes de apoio nelas diferentes regiões e beneficiários, recaem quase sempre interesses organizados, lóbis e tendências que têm privilegiado claramente algumas regiões em detrimentos de outras e grupos de beneficiários em detrimento de massas bem maiores de possíveis beneficiários. Relativamente ao apoio destinado aos jovens agricultores subsistem diferenças que devem ser acauteladas nas medidas e regulamentação ao seu incentivo; investir em regiões estruturadas (eletrificação, regadio, estruturas consolidadas de comercialização e exportação, com mais apoios sociais, educação e outros), é bem diferente do que se um jovem investir em zonas em que falta muito destas condições enumeradas. Pelo que é necessário que os grandes investimentos nacionais (barragem, regadios, emparcelamento. eletrificação rural, etc), também devam surgir nestas regiões. Os apoios aos jovens agricultores devem ser diferenciados, tem de existir uma verdadeira diferenciação no prémio de instalação, mas também na percentagem de apoio ao investimento, em função das características das regiões onde se instalam.

A versão final do PEPAC, em

construção tem de assentar nestes pressupostos base e ser clara, não deve ser confusa, obscura e de difícil acesso para os beneficiários mais débeis, acabando sempre, como sempre tem acontecido, por privilegiar os mais organizados, mais conhecedores e mais influentes.

A União Europeia foca as suas prioridades na digitalização, no desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas, nos jovens e na máxima de que não podemos deixar ninguém para trás. Equilibrar mais o investimento e o desenvolvimento das diferentes regiões, é estimular mais as regiões mais débeis, fornecer-lhe mais ferramentas, mais acompanhamento e formação técnica, digital e empresarial. Como alguém recentemente disse acerca destas discussões mais acesas, não podemos mudar o mundo, mas se ninguém fizer nada e enfiarmos a cabeça na areia, quando temos algumas responsabilidades a nossa passagem passa mesmo despercebida.



MÓNICA SANTOS SILVA Investigadora do Instituto Marquês de Valle Flôr

Nos sistemas agroalimentares, o respeito pelos direitos humanos e os deveres ambientais de cuidado e de diligência em todas as cadeias económicas, cadeias de abastecimento e cadeias de valor é especialmente importante para evitar prejudicar os esforços de desenvolvimento dos países mais vulneráveis e contribuir para a segurança alimentar mundial. É preciso implementar um conjunto de medidas de estímulo económico, no contexto (pós)pandémico, que contribuam para a transformação dos sistemas agroalimentares a nível global, incorporam uma visão integrada que engloba todos os pilares da segurança alimentar e nutricional disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade - e têm em especial atenção o impacto nos mais vulneráveis.

A sustentabilidade e competitividade do setor só serão asseguradas com uma abordagem intersectorial da PAC, promovendo o equilíbrio e coerência com outras políticas de desenvolvimento rural integrado, a política comercial, política energética, políticas sociais e política de desenvolvimento (a

denominada coerência das políticas para o desenvolvimento). As campanhas implementadas pela sociedade civil europeia, como o projeto OurFood, OurPlanet. financiado pela União Europeia, mostram que é possível mobilizar os cidadãos para os desafios que enfrentamos e defender um sistema alimentar socialmente iusto e sustentável. Um sistema alimentar baseado nos direitos humanos e agroecológico. Neste novo sistema, a soberania alimentar torna-se realidade. Unidos em solidariedade, por um mundo mais justo, digno e



MANUEL CHAVEIRO SOARES Administrador da Frutus

Na minha modesta opinião, para aumentar a competitividade do setor agrícola português, considero que:

a) importa expandir a área de regadio, porque dadas as caraterísticas do nosso clima mediterrânico, em que não chove durante o período em que as temperaturas são mais propícias ao crescimento das plantas, a rega permite atingir produtividades próximas das alcançadas noutros países dotados de um clima mais favorável para a agricultura b) diminuir a burocracia, tanto no Ministério da Agricultura (o antigo Programa Vitis podia constituir um exemplo de simplificação, porque exigia apenas um pedido de ajuda - pré-fixada), como, muito especialmente, no Ministério do Ambiente, onde a concessão de autorização para pedidos simples (espalhamento de um efluente pecuário no solo, pedido de aumento de capacidade de extração de água de um furo, etc.) demora não raro vários anos a ser concedida, razão por que defendo uma mais ampla aplicação do princípio do deferimento tácito; c) controlo dos preços das empresas monopolistas (ou oligopolistas concertadas em cartel) que fornecem fatores de produção aos agricultores ou lhes adquirem os alimentos, em ordem à implementação de uma cadeia de valor agrícola equilibrada, de modo que as empresas agrícolas não figuem sufocadas financeiramente e assim possam efetuar investimentos conducentes à melhoria da sua competitividade; d) recurso à moderna biotecnologia verde, não só às tradicionais plantas geneticamente modificadas (que no mundo são cultivadas em mais de 200 milhões de hectares), como também às plantas obtidas pelas novas técnicas genómicas, em que se altera o genoma da planta sem introdução de qualquer gene estranho, proporcinando às plantas resistência à seca, a pragas e doenças, maior capacidade fotossintética e também produtividade mais elevada. A este propósito, importa sublinhar que a União Europeia ao contrário do que demonstrou recentemente a propósito do desenvolvimento de vacinas contra a covid-19 - tem-se revelado refratária à introdução da moderna biotecnologia no campo agrícola, apoiando-se mais em preconceitos e em lóbis ideológicos e económicos, do que na ciência. Como afirmou o Eng. António Guterres «Ao recusar a importância da ciência na fundamentação das decisões políticas, caímos no exemplo do Galileu e naqueles que o combateram. E decisões políticas desse género não têm futuro.



JAIME MANUEL CARVALHO FERREIRA Presidente da Agrobio - Associação Portuguesa de

da Agrobio - Associação Portuguesa de Agricultura Biológica Definitivamente, apostar na

qualidade e no padrão mais

elevado. Abandonar de uma vez

por toda a ideia de que somos

competitivos por via da quantidade. Exemplo: a Áustria, um país com menores condições edafoclimáticas do que Portugal, há muito apostou na qualidade. Os seus produtos agrícolas são

competitivos Outro aspeto fundamental é a organização da produção para a comercialização, com novos modelos organizacionais melhor adaptados á dimensão das explorações e empresas agrícolas. Exemplo: organizações de produtores multiproduto. Ainda, decisivo é desenvolver e promover novas formas de comercialização que aproximem o produtor do consumidor. Encurtar a cadeia de distribuição. Mais, a existência de apoios financeiros, no quadro da Política Agrícola Europeia (PAC), que perpetuam a manutenção de explorações agrícolas que não tem obrigação de colocar produção no

mercado (Pagamentos Desligados ou Direitos Históricos), podendo representar 30% em valor do total anual dos Pagamentos Diretos (1º pilar da PAC), distorcem o mercado e não contribuem para a necessária Soberania Alimentar Nacional.

Por último, mas não menos importante, é a existência de políticas públicas que estimulem a produção e transformação agrícola nacional orientada para o "gosto" do consumidor.

A Agricultura Biológica é um modo de produção que visa produzir alimentos e fibras têxteis de elevada qualidade, saudáveis, ao mesmo tempo que promove práticas sustentáveis e de impacto positivo no ecossistema agrícola. Assim, através do uso adequado de métodos preventivos e culturais, tais como as rotações, os adubos verdes, a compostagem, as consociações e a instalação de sebes vivas, entre outros, fomenta a melhoria da fertilidade do solo e a biodiversidade. Em Agricultura Biológica, não se

recorre à aplicação de pesticidas de síntese sobre as culturas, nem adubos químicos de síntese, nem ao uso de organismos geneticamente modificados. Desta forma, garante-se o direito à escolha do consumidor e é salvaguardada a saúde do consumidor, ao evitar resíduos químicos nos alimentos. É. além disso, salvaguardada a saúde dos produtores, que evitam o contacto com químicos nocivos e preservase o ambiente da contaminação de poluentes, cuja atual carga sobre os solos e as águas é, em grande parte, da responsabilidade de sistemas intensivos de agropecuária.

A produção animal biológica pautase por normas de ética e respeito pelo bem-estar animal, praticando uma alimentação adequada à sua fisiologia e facultando condições ambientais que permitam aos animais expressar os seus comportamentos naturais e não recorre ao uso de hormonas nem antibióticos como promotores de crescimento.

Mercadona, Inovação e Qualidade num Modelo Sustentável

Para a Mercadona, a satisfação do "Chefe" (como designa os seus clientes) é o ponto fundamental da sua atividade e, por isso, coloca-o sempre no centro das suas decisões.

Deste modo a Mercadona trabalha todos os dias para garantir a qualidade dos seus produtos, indo ao encontro do que os "Chefes" procuram e desenvolvendo soluções que se adaptem aos seus gostos e hábitos de consumo. Assim, para desenvolver todo este trabalho a Mercadona dispõe de um Modelo de Coinovação pioneiro no qual trabalha desde 2011.

O QUE É O MODELO DE COINOVAÇÃO DA MERCADONA?

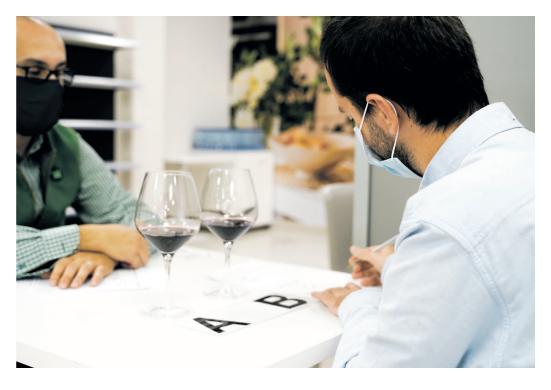
O Modelo de Coinovação é uma das principais características diferenciadoras da Mercadona e permite à equipa de especialistas de produto da empresa adaptarem a oferta indo ao encontro das suas preferências, inovando e garantindo sempre a melhor qualidade. Este trabalho pode ser desenvolvido através de provas cegas, nos Centros de Coinovação, ou em visitas a casa dos "Chefes", sendo que o principal objetivo é "viver o cliente".

CENTRO DE COINOVAÇÃO - MACROLABORATÓRIO DE IDEIAS

Os Centros de Coinovação da Mercadona são macrolaboratórios de ideias onde os especialistas desenvolvem, em conjunto com os "Chefes", produtos que correspondam aos seus gostos e detetam as suas necessidades quanto às escolhas que compõem o seu cabaz de compras habitual. Antes de chegarem às prateleiras dos supermercados, os produtos passam por uma fase de testes com os clientes, realizadas nestes centros.



A Mercadona dispõe de 21 centros de Coinovação, 2 dos quais em Portugal. O primeiro abriu em Matosinhos, em 2017 e foi fundamental na definição do sortido de abertura das primeiras lojas. Para acompanhar o ambicioso projeto de expansão da cadeia, em setembro, a Mercadona inaugurou também um centro de Coinovação em Lisboa, com o objetivo adaptar a sua oferta ao consumidor local preparando antecipadamente a sua chegada a novos distritos do país já em 2022.



INOVAÇÃO E QUALIDADE

Na Mercadona a aposta na qualidade está também ligada à inovação e à sustentabilidade. Através da inovação, a empresa impulsiona a melhoria contínua dos seus processos e produtos envolvendo colaboradores, fornecedores e, muito especialmente, "O Chefe".

Falemos, por exemplo, dos vinhos da Mercadona, fruto de várias provas, da identificação de vários perfis e do reconhecimento de vários fornecedores especialistas, com os quais mantém relações estáveis e de longo prazo. "A oferta de vinhos que dispomos neste momento nas nossas prateleiras é o resultado de todo o trabalho que é feito captando as necessidades e gostos dos nossos "Chefes" em Portugal. Tentamos que o nosso sortido tenha uma oferta muito eficaz, porque acreditamos, tendo por base o nosso modelo, que temos que ser nós a prescrever ao "Chefe" a melhor opção do mercado.

Com isto, o cliente sabe que nós já fizemos o trabalho por ele e, nas nossas lojas, vai encontrar o vinho que procura com a melhor qualidade do mercado sempre ao preço mais baixo. Um exemplo disso é o nosso vinho Pousada do Corvo Rosé, um trabalho feito em parceria com o produtor de vinhos Casa Relvas com notas florais, sabor macio e fresco de aspeto límpido", refere Vitor Grilo, Especialista em Vinhos da Mercadona Portugal.

CADEIA AGROALIMENTAR SUSTENTÁVEL

Consciente de que quanto mais investe em inovação e quanto mais inova, maior é o retorno obtido, a Mercadona mantém uma colaboração contínua com os fornecedores especialistas na procura conjunta de novas soluções. Exemplo disso é a Casa Relvas, fornecedor especialista de vinhos Alentejanos da marca própria da Mercadona desde 2018.



Alexandre Relvas, administrador da Casa Relvas, refere que: "Nos últimos 20 anos, a Casa Relvas tem vindo a desenvolver vários projetos para alcançar os objetivos de sustentabilidade social, ambiental e económica. Neste sentido, trabalhar com a Mercadona,

é também sustentabilidade de negócio, pois trata-se uma empresa que conhece o setor. Em conjunto, temos vindo a desenvolver formas de trabalho que resultam em produtos e soluções inovadoras, como por exemplo, a utilização de uma garrafa de espessura reduzida no vinho rosé Pousada do Corvo. A utilização de uma garrafa leve com cerca de 420g neste vinho, traz inúmeras vantagens em termos logísticos e ambientais. Com esta garrafa facilita-se o processo de paletização e transporte do vinho, otimizando assim os custos e a pegada de carbono".



Assim, a Mercadona promove uma Cadeia Agroalimentar sustentável eficiente e diferencial, benéfica para todos os elos, o que significa que, quer a empresa quer os seus fornecedores, aplicam boas práticas e promovem modelos de produção responsável.

E tudo através de uma estratégia que promove o consumo consciente e crítico, guiada por critérios sociais e ambientais, e que persegue um objetivo claro: garantir um consumo de produtos da máxima qualidade com o menor impacto possível, ajudando assim a melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam o planeta e das gerações futuras.

